Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP 6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a Vila Velha possuía 21,5% do capital total da Unipar e 61,5% de suas ações ordinárias.

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina") e detém ações que representam 98,44% do capital votante desta Companhia. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda ("Informação não auditada pelos auditores independentes"). A Indupa Argentina também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda, ("Informação não auditada pelos auditores independentes").

A Companhia também possui investimento em controlada em conjunto (*Joint Venture*) com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") através da aquisição de 50% das ações da Tucano III como controle compartilhado com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"). O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia

#### **COVID - 19**

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), coordenado por um Comitê de Crise, reforçou os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), cancelando eventos internos e viagens adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas.

No segundo semestre de 2020 a Administração da Companhia identificou uma normalização da demanda da resina de PVC. Os produtos cloro e soda da Companhia fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza, higiene pessoal e hospitalar e para estes mercados foram mantidas suas previsões de produção e vendas. Em todas as análises, sendo de forma consolidada ou por planta, a administração ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Em relação as volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, a Companhia conta com robusta posição de caixa e perfil de dívida alongado e controlado. Adicionalmente, apesar da variação cambial não ter relevância nos nove meses de 2021, monitoramos os efeitos cambiais apurados no "Resultado Financeiro" nas referidas informações financeiras trimestrais, conforme análise de exposição (nota explicativa 31). Esse efeito não afeta o caixa da Companhia visto que está atrelado substancialmente as operações de empréstimos e financiamento em moeda estrangeira de longo prazo a serem realizadas em períodos futuros, assim como o fluxo de caixa projetado de receitas, dos quais contribuem para compensar o fluxo de pagamento dos respectivos passivos. Os *covenants* financeiros são monitorados frequentemente, independente da crise gerada pelo COVID-19 e todas as cláusulas estão sendo cumpridas.

Diante do atual cenário, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas informações financeiras trimestrais por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta.

Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas informações financeiras trimestrais e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas informações financeiras do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

## 2. Base de preparação das informações financeiras

# 2.1. Base para preparação, apresentação das informações trimestrais e políticas contábeis significativas

As políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente, estão consistentes com aquelas utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 17 de março de 2021, e são comuns à controladora, às suas controladas e controlada em conjunto exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2021.

Adicionalmente, para melhor apresentação, a Administração optou por demonstrar o fluxo de caixa partindo do Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sem impacto na informação do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em setembro de 2020.

#### 2.2. Declaração de Conformidade

As informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), cujo correlato no Brasil é o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – "Demonstração Intermediária", emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e aprovado pela CVM.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

As principais políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias são consistentes com as políticas descritas na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, arquivados na CVM.

Essas informações contábeis intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais ou completos e desta forma, devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Portanto, nestas informações contábeis intermediárias não foram repetidas, seja por redundância ou por relevância em relação ao já apresentado nas demonstrações contábeis anuais, as seguintes notas explicativas:

- Resumo das principais práticas contábeis;
- Provisão para benefício pós emprego;

#### 2.3. Base de Mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

## 2.4. Conversão de moeda estrangeira

#### 2.4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e das controladas são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

#### 2.4.2. Conversão das informações financeiras da Indupa Argentina

As informações financeiras trimestrais da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 30 de setembro de 2021,
   30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados:
- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas informações financeiras trimestrais são as seguintes:

	30 de setembro	30 de setembro	31 de dezembro
Taxa final	de 2021	de 2020	de 2020
Peso argentino	0.06	0.07	0.06

# 2.5. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

As informações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as informações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Nas informações financeiras consolidadas foram considerados os resultados da controlada direta Indupa Argentina e indireta Indupa Brasil.

 Conforme mencionado nas Demonstrações financeiras anuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na nota explicativa 2.4, a Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) – "Contabilidade em economia hiperinflacionária" como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária, seguindo a metodologia aplicada para estas informações financeiras trimestrais.

O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o período findo em 30 de setembro de 2021 é de 36,96% (em 30 de setembro de 2020 22,29%) e a variação trimestral referente ao período de 01 de julho a 30 de setembro de 2021 é de 9,28% (período de 01 de julho a 30 de setembro de 2020 7,65%)

#### 2.6. Aprovação das informações financeiras trimestrais

A emissão destas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2021.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e bancos	1.102	1.533	8.975	10.852
Aplicações financeiras de curto prazo	69.598	370.201	815.402	914.000
	70.700	371.734	824.377	924.852

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

qualquer momento. A redução desta rubrica está vinculada principalmente com a liquidação de empréstimos de curto prazo da Companhia e pagamento de dividendos.

## 4. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2021	de 2020	de 2021	de 2020
Cotas de Fundos de Investimentos	170.012	52.646	610.296	188.908
Circulante	170.012	52.646	610.296	188.908

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs / Letras financeiras - LF possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com baixo risco de crédito.

Os fundos de investimentos no consolidado representam 65% da carteira de aplicações financeiras, sendo 2% investido em fundo multimercado e 63% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento. Mesmo com esta possibilidade, esses saldos estão fora do grupo de equivalentes de caixa por decisão de gestão de tesouraria da Companhia.

Os fundos de investimentos na controladora representam 71% da carteira de aplicações financeiras, sendo 9% investido em fundo multimercado e 62% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

#### 5. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Nacionais	155.080	106.278	679.191	572.724
Exterior	128	-	166.813	21.759
Partes relacionadas (Nota 11) Provisão para créditos de	42.703	34.684	-	-
liquidação duvidosa	(6.733)	(7.186)	(57.883)	(60.391)
	191.178	133.776	788.121	534.092
Circulante	155.853	105.132	788.121	534.092
Não circulante	35.325	28.644	-	

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Títulos a vencer Títulos vencidos:	143.809	97.460	765.284	517.176
Até 90 dias	4.548	1.270	18.898	10.516
De 91 a 180 dias	85	1.392	683	2.509
A partir de 180 dias	6.766	6.156	61.139	64.282
	155.208	106.278	846.004	594.483
Partes Relacionadas Provisão para créditos de	42.703	34.684	<u> </u>	<u>-</u>
liquidação duvidosa	(6.733)	(7.186)	(57.883)	(60.391)
Total da carteira de clientes	191.178	133.776	788.121	534.092

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2021	de 2020	de 2021	de 2020
Saldo inicial	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
Adições	•	(1.705)	(1.399)	(4.443)
Reversões	453	21	475	542
Baixa	-	5.455	-	5.455
Ajustes de conversão			3.432	2.575
Saldo Final	(6.733)	(7.186)	(57.883)	(60.391)

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretem falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece perdas de crédito esperadas de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

## 6. Impostos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	5.066	3.054	23.941	15.004
ICMS	11.263	10.204	23.276	22.551
PIS e COFINS	163.318	-	730.262	-
INSS a compensar	1.874	1.874	1.874	1.874
Títulos de precatórios	1.373	1.373	1.373	1.373
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	16.536	1.744
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.455	1.287
Outros	536	300	695	405
	183.430	16.805	799.412	44.238
Circulante	85.201	8.938	127.924	29.165
Não circulante	98.229	7.867	671.488	15.073

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na Controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante principal de R\$ 34.930, e correção monetária no montante de R\$ 54.520, sendo que este processo já teve o trânsito em julgado e homologação pela Receita Federal para compensação do crédito (compensado em 2021 R\$ 16.881) e outro processo do período de março de 2017 a agosto de 2021, que ainda não teve trânsito em julgado, no montante principal de R\$ 83.198, e correção monetária no montante de R\$ 7.551. Na controlada Indupa do Brasil temos um processo do período de março de 2003 a agosto de 2021 no montante principal de R\$ 354.184 e correção monetária no montante de R\$ 212.760. Para o registro dos dois processos que não temos o trânsito em julgado, reconhecemos com base na decisão modulada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em maio de 2021 que esclareceu que a base de cálculo deve ser sem o ICMS destacado. A Companhia concluiu o reconhecimento dos valores em questão com base no levantamento histórico das bases de cálculo aplicáveis.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

## 7. Estoques

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2021	de 2020	de 2021	de 2020
Matérias-primas	4.711	13.138	39.949	47.262
Produtos em processo	3.060	3.935	34.328	19.318
Produtos acabados	9.449	7.638	234.544	62.022
Materiais auxiliares e embalagens	13.937	5.279	43.525	30.921
Materiais de manutenção e reparos	33.085	31.497	105.085	99.429
	64.242	61.487	457.431	258.952
Circulante	39.599	39.446	393.899	189.238
Não circulante	24.643	22.041	63.532	69.714

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 8. Depósitos judiciais

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributários Cíveis	25.964	52.161	25.964 40	52.161 40
Trabalhistas	1.177	1.160	1.177	1.160
	27.141	53.321	27.181	53.361
Não circulante	27.141	53.321	27.181	53.361

	31 de dezembro	Atualização	31 de dezembro		Atualização	30 de setembro
Controladora	de 2019	monetária	de 2020	Baixas	monetária	de 2021
Tributários	46.210	5.950	52.160	(26.780)	584	25.964
Trabalhistas	1.054	107	1.161	-	16	1.177
	47.264	6.057	53.321	(26.780)	600	27.141

Consolidado	31 de dezembro de 2019	Adicões	Baixas	Atualização monetária	31 de dezembro de 2020
Tributários	46.210	- Adigoes	<u> </u>	5.950	52.160
Trabalhistas	1.054	-	-	107	1.161
Cíveis	41	46	(47)	-	40
	47.305	46	(47)	6.057	53.361

Consolidado	31 de dezembro de 2020	Baixas	Atualização monetária	30 de setembro de 2021
Tributários	52.160	(26.780)	584	25.964
Trabalhistas	1.161	-	16	1.177
Cíveis	40	-	-	40
	53.361	(26.780)	600	27.181

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 30 de setembro de 2021 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

## a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 1.869 (R\$ 28.117 em 31 de dezembro de 2020) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota. Em agosto de 2021 teve decisão favorável a Companhia, sendo levantado o valor parcial de R\$ 26.530.

#### b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 14.627 (R\$ 14.444 em 31 de dezembro de 2020) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão, avaliadas pelos consultores jurídicos como possível.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

R\$ 9.209 (R\$ 9.095 31 de dezembro de 2020) refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro Distribuído e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 9. Partes Relacionadas

		dezembro de 2020 Saldos								9M20 Transações
		Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	Passivo Circulante					
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos / Energia elétrica	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Receita Financeira (Juros / Variação Cambial)
Na Controladora Controlada direta - Indupa Argentina			28.644	213.500		(3.774)	_	(5.514)	9.060	68.981
Controlada indireta - Indupa Brasil No Consolidado	6.040	-	-	-	(181)	-	16.454	-	14.729	-
Controlada em conjunto - Solalban	-	3.049	-	-	-	(18.643)	10.580	(73.954)	-	-
Total	6.040	3.049	28.644	213.500	(181)	(22.417)	27.034	(79.468)	23.789	68.981

31 de

						30 de setembro de 2021				9M21
						Saldos				Transações
	Ativ	o Circulante	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante					
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos / Energia elétrica	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Receita (Despesa) Financeira (Juros / Variação Cambial)
Na Controladora								0.0111,010.0		
Controlada direta - Indupa Argentina Controlada indireta - Indupa	-	958	35.325	227.865	-	(3.918)	-	(5.855)	7.639	14.242
Brasil	7.379	2.017	-	-	(72)	(69)	73.080	(114)	12.103	-
No Consolidado Controlada em conjunto - Solalban	_	2.934	_	_	. ,	(39.715)	9.646	(109.728)	_	
	7.070				(70)				10.710	- 44.040
Total	7.379	5.909	35.325	227.865	(72)	(43.702)	82.726	(115.697)	19.742	14.242

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

A controlada em conjunto Tucano III, para o período findo em 30 de setembro de 2021 não realizou nenhum tipo de operação com a Companhia.

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes. Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas. A Companhia incorre em determinadas despesas coorporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019 com taxa de juros de 3% ao ano, amortizado parcialmente e demais amortizações a partir de 2027.

#### Garantias

A Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de abril de 2021, aprovou a prestação de garantia fidejussória ("Garantia") em favor da Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda. ("Siemens"), por meio de celebração do Parent Company Guarantee, limitado a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do valores devidos pelas Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A., Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. e Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A., sociedades cujo controle indireto é compartilhado pela Companhia, nos termos do Turbine Supply Agreement celebrado com a Siemens e respectivos instrumentos acessórios ("Contrato de fornecimento"), percentual aquele correspondente a até R\$ 250.000. A garantia permanecerá vigente até 09 de maio de 2022 ou até que todas as obrigações das devedoras no contrato de fornecimento sejam cumpridas. Adicionalmente para este mesmo projeto a Companhia também é garantidora, de acordo com a sua participação de 50%, de emissões de Debêntures pela Tucano Holding III S.A. no valor de R\$ 200.000 em série única com vencimento em um prazo de 20 anos.

#### Remuneração consolidada do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

Salários e benefícios de curto prazo Remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas

	Controladora
9M21	9M20
20.186	18.253
-	24.770
	16.233
20.186	59.256

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa nº 22.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. ("Essentia Partners"). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da Essentia Partners, e os valores das transações no período findo em 30 de setembro de 2021 totalizam R\$ 6.873 (R\$ 4.389 em 30 de setembro de 2020).

#### Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com empresa Locuncatun Serviços Financeiros Ltda pertencente a um acionista e membro do conselho de administração. O valor do aluguel reconhecido no resultado do período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 309 (R\$ 276 em 30 de setembro de 2020). O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2019 com vencimentos até 2024.

#### 10. Outros Ativos

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2021	de 2020	de 2021	de 2020
Adiantamentos a fornecedores	4.082	3.538	33.555	4.555
Adiantamentos a empregados	967	699	1.897	1.359
Créditos a receber na venda de ativos 1	-	-	20.564	22.611
Reembolso vinculado a contrato 2	19.008	9.691	19.008	9.691
Reclamações de seguros	617	-	877	915
Despesas Corporativas	2.975	-	2.934	3.049
Demais ativos	25	1.626	548	2.618
	-	-	-	-
	27.674	15.554	79.383	44.798
Circulante	8.666	5.862	39.804	12.488
Não circulante	19.008	9.692	39.579	32.310

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Imóveis recebidos em contrapartida de contas a receber, ainda em processo de transferência de propriedade.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Reembolso vinculado a contrato de aquisição de controladas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 11. Investimentos

						Controladora
Investidas	Relação	Patrimônio Líquido em 30/09/2021	Lucro (Prejuízo) 9M21	% Participação	30/09/2021	31/12/2020
Controlada Indupa Argentina Mais valia de ativos <sup>1</sup>	Direto	1.877.042	986.313	98,44	1.847.760 141.001	725.226 160.236
Controlada em conjunto Tucano Holdings III Total	Direto	175.282	(829)	50,00	87.641 2.076.402	52.355 937.817
Investidas	Relação	Patrimônio Líquido em 30/09/2021	Lucro (Prejuízo) 9M21	% Participação	30/09/2021	31/12/2020
Controladas em conjunto						
Tucano Holdings III	Direto	175.282	(829)	50,00	87.641	52.355
Solalban	Indireto	27.344	(3.498)	58,00	15.860	14.606
					103.501	66.961

<sup>(</sup>¹) O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Total

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

35.700

(1.535) (1.535)

66.961

Controladora	31 de dezembro de 2020	Ajustes de conversão	Aumento de Capital em Controlada	Equivalência no resultado do período	ncia patrimonial Equivalência (Outros Resultados Abrangentes)	Amortização	30 de setembro de 2021	Equivalência no resultado do período anterior
Indupa Argentina	725.226	176.766		970.926	(25.158)		1.847.760	(66.164)
Mais Valia	160.236	2.807	-	-	-	(22.042)	141.001	-
Tucano Holdings III	52.355		35.700	(414)		<u> </u>	87.641	91
Total	937.817	179.573	35.700	970.512	(25.158)	(22.042)	2.076.402	(66.073)
				Equivalência patrimonial	,,,			
	04 1 1 1		Aumento de		Efeito de		Equivalência	
0	31 de dezembro	Ajustes de	Capital em	No accepted	Aplicação da	30 de setembro		
Consolidado	de 2020	conversão	Controlada	No resultado	IAS 29	de 202		
Tucano Holdings III	52.355		35.700	(414)	-	87.64		91
Solalban	14.606	(1.535)		(2.030)	4.819	15.860	) (1.3	<u>47)                                    </u>
Solalban	14.606	(1.535)		(2.030)	4.819	15.860	(1.3	47)_

(2.444)

4.819

103.501

(1.347)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 12. Imobilizado

Controladora	Taxa de d	depreciação média				Líquido		
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Custo	Depreciação acumulada	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020		
Terrenos	-	-	247.550	_	247.550	247.550		
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	153.454	(72.330)	81.124	84.243		
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.270.345	(793.745)	476.600	485.075		
Veículos	20%	20%	361	(361)	-	22		
Móveis e Utensílios	10%	10%	13.848	(11.970)	1.878	2.184		
Demais bens	10%	10%	21.211	(11.144)	10.067	4.752		
Imobilizado em andamento			48.504	-	48.504	43.886		
			1.755.273	(889.550)	865.723	867.712		

Consolidado	onsolidado Taxa de depreciação média					Líquido
	30 de setembro	31 de dezembro		Depreciação	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2021	de 2020	Custo	acumulada	de 2021	de 2020
Terrenos	-	-	297.709		297.709	290.468
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	541.164	(282.208)	258.956	255.818
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.771.184	(2.511.821)	1.259.363	1.211.550
Veículos	20%	20%	3.559	(3.227)	332	390
Móveis e Utensílios	10%	10%	31.599	(26.389)	5.210	5.280
Demais bens	10%	10%	43.879	(29.697)	14.182	10.356
Imobilizado em andamento	-	-	242.862	-	242.862	175.822
			4.931.956	(2.853.342)	2.078.614	1.949.684

Os investimentos em andamento estão principalmente relacionados a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31 de dezembro de 2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	30 de setembro de 2020
Terrenos	247.550	-	-	=	247.550
Edificações e Construções	87.104	331	-	(3.132)	84.303
Equipamentos e Instalações	478.848	42.537	(75)	(35.037)	486.273
Veículos	68	-	-	(35)	33
Móveis e Utensílios	2.536	137	-	(411)	2.262
Demais bens	5.579	91	-	(680)	4.990
Imobilizado em andamento	43.980	(7.861)			36.119
	865.665	35.235	(75)	(39.295)	861.530

31 de dezembro de 2020	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	30 de setembro de 2021
247.550	-		-	247.550
84.243	74	-	(3.193)	81.124
485.075	28.838	(27)	(37.285)	476.601
22	-	-	(22)	-
2.184	52	(3)	(355)	1.878
4.752	6.040	-	(725)	10.067
43.886	4.617			48.503
867.712	39.621	(30)	(41.580)	865.723
	de 2020 247.550 84.243 485.075 22 2.184 4.752 43.886	de 2020         transferências           247.550         -           84.243         74           485.075         28.838           22         -           2.184         52           4.752         6.040           43.886         4.617	31 de dezembro de 2020         líquidas de transferências         Baixas           247.550         -         -           84.243         74         -           485.075         28.838         (27)           22         -         -           2.184         52         (3)           4.752         6.040         -           43.886         4.617         -	31 de dezembro de 2020         líquidas de transferências         Baixas         Depreciação           247.550         -         -         -         -           84.243         74         -         (3.193)           485.075         28.838         (27)         (37.285)           22         -         -         (22)           2.184         52         (3)         (355)           4.752         6.040         -         (725)           43.886         4.617         -         -

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Consolidado	31 de dezembro de 2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2020
Terrenos	283.913	=	-	-	6.396	2.696	293.005
Edificações e Construções	249.203	10.148	-	(10.466)	8.000	6.019	262.904
Equipamentos e Instalações	1.177.699	106.101	(185)	(102.173)	44.101	25.604	1.251.147
Veículos	515	74	-	(136)	3	34	490
Móveis e Utensílios	4.351	1.615	-	(859)	622	155	5.884
Demais bens	7.975	6.241	(9)	(2.847)	749	1	12.110
Imobilizado em andamento	167.061	(38.928)	-	-	(2.762)	7.401	132.772
	1.890.717	85.251	(194)	(116.481)	57.109	41.910	1.958.312

Consolidado	31 de dezembro de 2020	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2021
Terrenos	290.468	-	-	-	10.738	(3.497)	297.709
Edificações e Construções	255.818	4.672	-	(10.739)	13.389	(4.186)	258.954
Equipamentos e Instalações	1.211.550	104.521	(39)	(100.511)	67.978	(24.137)	1.259.362
Veículos	390	7	-	(71)	47	(41)	332
Móveis e Utensílios	5.280	673	(6)	(843)	396	(290)	5.210
Demais bens	10.356	8.176	-	(3.794)	(325)	(232)	14.181
Imobilizado em andamento	175.822	57.455	(61)		16.525	(6.875)	242.866
	1.949.684	175.504	(106)	(115.958)	108.748	(39.258)	2.078.614

O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e melhorias nas plantas produtivas da Companhia.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) — Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o período findo em 30 de setembro de 2021 e para o período findo em 30 de setembro de 2020 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 13. Intangível

				Controladora		Consolidado
	Taxa anı	ual de amortização		Líquido	Líquido	
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ágio	-	-	273.025	273.025	275.421	275.709
Direito de uso de Software	20%	20%	6.354	5.541	20.218	21.895
			279.379	278.566	295.639	297.604

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

#### 14. Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores nacionais	38.886	17.017	280.400	185.809
Fornecedores nacionais - imobilizado	2.352	10.412	9.953	25.115
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	72	192	-	11
Fornecedores nacionais - risco sacado (1)	1.816	1.970	2.020	6.411
Fornecedores exterior	345	10.101	11.911	20.996
	43.471	39.692	304.284	238.342
Circulante	43.471	39.692	304.284	238.342

(1) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora		Consolidado
	Moeda	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional					
Debêntures - Carbocloro (2021: CDI + 1,57%					
a.a. 2020: CDI + 1,25% a.a.) (1)	R\$	285.427	337.653	285.427	337.653
Debêntures - Carbocloro (2021: CDI +1,90%					
a.a.) (2)	R\$	363.139	-	363.139	-
Capital de Giro - Carbocloro (2021 - CDI +					
1,25% a.a 2020 - CDI + 2,78% a.a.) (3)	R\$	74.134	316.382	74.134	316.382
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR	AR\$	-	-	2	1
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (4)	R\$	-	1.698	-	1.698
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (4)	R\$	-	2.139	-	2.139
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (5)	R\$	-	-	-	4.810
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (6)	R\$	-	-	18.794	21.662
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (6)	R\$	-	-	24.725	29.195
Nota Promisória - Carbocloro (2021: CDI +					
1,85% a.a.) (7)	R\$	203.782	<del>_</del>	203.782	
		926.482	657.872	970.003	713.540
Circulante		131.717	325.894	141.800	340.730
Não circulante		794.765	331.978	828.203	372.810

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debentures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 teve a primeira parcela amortizada

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

em 19 de março de 2021 e a segunda será amortizada em 20 de março de 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.

- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 30 de abril de 2021, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 117.000 que será amortizado em uma parcela anual em 29 de abril de 2024.A 2ª série no valor de R\$ 233.000 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 29 de abril de 2025 e 2026. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo, (i) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 72.802, valor atualizado na curva de R\$ 101.126 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de swap no montante de R\$ 28.324 e despesas diferidas no montante de R\$ 1.333, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 74.135, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021.
- (4) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (5) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (6) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dezembro de 2019.
- (7) Captações livres de garantia, em duas séries, no total de R\$ 200.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2024 e a 2ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2026. Os juros são pagos no vencimento para ambas emissões.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	30 de setembro	30 de setembro
	de 2021	de 2021
Out/2021 até Set/2022	131.717	135.262
Out/2022 até Dez/2022	27.803	36.520
2023	79.147	88.720
2024	285.807	295.380
2025	183.516	193.046
2026 em diante	218.492	221.075
	926.482	970.003

Certos empréstimos e financiamentos, bem como as debêntures apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 16. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro (ANEEL).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE").

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE"). A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente "para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração" da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização". Sendo certo que a Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantém provisão dos valores. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 17. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

Para as causas consideradas "prováveis" são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fiscais	21.679	15.756	56.403	26.361
Trabalhistas e previdenciárias	15.300	19.775	34.798	39.912
Cíveis	10	10	5.405	5.077
Total	36.989	35.541	96.606	71.350
Depósitos judiciais fiscais	(6.568)	(11.159)	(12.889)	(17.543)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.718)	(5.990)	(12.255)	(13.077)
Total	(12.286)	(17.149)	(25.144)	(30.620)
	24.703	18.392	71.462	40.730
Circulante	1.456	2.831	3.245	4.999
Não Circulante	23.247	15.561	68.217	35.731

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Controladora	31 de dezembro de 2019	Adicões	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	31 de dezembro de 2020
				Illonetaria	
Fiscais	14.162	2.090	(496)	-	15.756
Trabalhistas e previdenciárias	19.866	2.198	(2.289)	-	19.775
Cíveis	1.003	-	(993)	-	10
Depósitos Judiciais	(16.066)	(3.724)	2.777	(136)	(17.149)
	18.965	564	(1.001)	(136)	18.392

	31 de dezembro		Baixas/	30 de setembro
Controladora	de 2020	Adições	Reversão	de 2021
Fiscais	15.756	11.842	(5.919)	21.679
Trabalhistas e previdenciárias	19.775	1.314	(5.789)	15.300
Cíveis	10	-	-	10
Ambientais	-	4.838	(4.838)	0
Depósitos Judiciais	(17.149)	(6.340)	11.203	(12.286)
	18.392	11.654	(5.343)	24.703

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Consolidado	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	Ajustes de conversão	31 de dezembro de 2020
Fiscais	25.119	2.458	(1.216)	-	-	26.361
Trabalhistas e previdenciárias	44.089	5.080	(8.853)	-	(404)	39.912
Cíveis	5.265	828	(1.016)	-	· · ·	5.077
Depósitos Judiciais	(33.081)	(3.938)	6.535	(136)	-	(30.620)
·	41.392	4.428	(4.550)	(136)	(404)	40.730
Consolidado	31 de dezembro de 2020	Adicões	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2021
Consolidado Fiscais	31 de dezembro de 2020 26.361	<b>Adições</b> 36.023	Baixas/ Reversão (5.981)	Atualização monetária	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2021 56.403
Fiscais	de 2020		Reversão	3	•	de 2021
	de 2020 26.361	36.023	Reversão (5.981)	monetária -	conversão -	<b>de 2021</b> 56.403
Fiscais Trabalhistas e previdenciárias	de 2020 26.361 39.912	36.023 9.346	(5.981) (13.764)	monetária - -	conversão -	de 2021 56.403 34.798
Fiscais Trabalhistas e previdenciárias Cíveis	de 2020 26.361 39.912	36.023 9.346 1.318	Reversão (5.981) (13.764) (990)	monetária - -	conversão -	de 2021 56.403 34.798

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

#### a) Demandas fiscais

#### i. Processos fiscais - Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 18.881 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 11.644 em 31 de dezembro de 2020), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

A eventual multa referente ao não recolhimento do IR/CS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 11.740, está compreendido no montante acima, a Companhia tem o entendimento que o pagamento do imposto é devido com a homologação do crédito pela Receita Federal, mas por discussões sobre a matéria decidiu por registrar o montante.

#### ii.Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 30 de setembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 2.798 (R\$ 4.112 em 31 de dezembro de 2020).

#### iii.Demais processos fiscais - Possíveis

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

que totalizam o montante de R\$ 41.454 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 31.856 em 31 de dezembro de 2020). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

#### b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

#### i.Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários e de funcionários de empresas contratadas que questionam principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 14.281 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 18.856 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 36.040 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 39.329 em 31 de dezembro de 2020).

## ii.Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de exfuncionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 1.563 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 1.963 em 31 de dezembro de 2020). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui clausula de regresso de valores relacionados a estas causas baseadas no contrato de desinvestimento.

#### iii.Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 30 de setembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 1.019 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2020).

#### c) Demandas Cíveis

#### i.Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 30 de setembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 10 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2020).

#### d) Demandas judiciais ambientais

#### i.Demandas judiciais prováveis

O Ministério Público Estadual distribuiu ação civil pública em face da Companhia e de mais 21 empresas em razão de suposto lançamento de poluentes na atmosfera, que, de acordo com o Ministérios Público, teria causado a degradação e o perecimento de grande parte da cobertura

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

vegetal das encostas da Serra do Mar. Em 18 de setembro de 2017 foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos efetuados pelo Ministério Público. Em 10 de dezembro de 2020 foi realizada audiência virtual de tentativa de conciliação e atualmente, as partes seguem ajustando as minutas do acordo. Em maio de 2021 foi celebrado o acordo entre as partes, e na data de 28 de maio de 2021 a Unipar recolheu a sua cota parte no valor de R\$ 4.838. Em 04 de agosto de 2021 foi integralmente liquidado o acordo celebrado, tendo a Companhia recolhido o saldo complementar referente à sua cota parte (sem provisão em 31 de dezembro de 2020).

#### ii.Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – "STJ") o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

- a) Demandas fiscais
- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

notificaram a Companhia posteriormente.

Em 30 de setembro de 2021 o valor total da causa é de R\$ 39.860 (R\$ 39.671 em 31 de dezembro de 2020). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as

ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.097 (R\$ 2.086 em 31 de dezembro de 2020) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.392 (R\$ 34.230 em 31 de dezembro de 2020).

#### ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2020, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.152 (R\$ 6.152 em 31 de dezembro de 2020).

#### iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 24.325 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 229 em 31 de dezembro de 2020), a maior parte do valor refere-se ao não recolhimento do IR/CS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 24.084, está compreendido no montante acima, a Companhia tem o entendimento que o pagamento do imposto é devido com a homologação do crédito pela Receita Federal, mas por discussões sobre a matéria decidiu por registrar o montante. A diferença são os processos relativos a imposto municipal.

#### iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item "i", a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 34.950 (R\$ 29.963 em 31 de dezembro 2020), Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 foi encerrado em março de 2021 (R\$ 39.580 em 31 de dezembro de 2020) e outros processos que montam R\$ 6.438 (R\$ 6.051 em 31 de dezembro de 2020).

Com isso o montante de R\$ 75.690 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 109.824 em 31 de dezembro de 2020) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

#### v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 30 de setembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 2.149 (R\$ 2.138 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

- b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
- i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre

danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 12.816 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 13.655 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 1.411 (R\$ 3.909 em 31 de dezembro de 2020).

- c) Demandas judiciais cíveis
- i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 5.396 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 39.279 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 33.769 em 31 de dezembro de 2020).

d) Demandas judiciais ambientais possíveis

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda possível o montante total de R\$ 52 em 30 de setembro de 2021 (sem provisão em 31 de dezembro de 2020 também) para auto de infração da CETESB.

Ativo contingente

IPC 89 (Correção de Balanço)

Após trânsito em julgado favorável, a Companhia protocolou na receita federal o valor de R\$ 45.250, referente ao processo do IPC 89 (Correção de balanço). O valor referente o IRPJ no valor de R\$ 34.819 já foi deferido no exercício de 2020 e a Companhia registrou e compensou com os impostos a recolher. O montante referente CSLL no valor de R\$ 10.430 foi deferido em janeiro de 2021 e já foi compensado dentro do primeiro trimestre de 2021. O ativo contingente já foi compensado na sua totalidade.

Na controlada Indupa Argentina

- a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
- i. Processos trabalhistas e previdenciários Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de exfuncionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 6.682 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 6.482 em 31 de dezembro de 2020).

#### 18. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo ambiental	2.492	-	14.735	19.073
Circulante	330	-	8.411	14.492
Não circulante	2.162		6.324	4.581

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Controladora Passivo ambiental			roladora de 2020 Adições			30 de setembro de 2021 2.492		
Consolidado Passivo ambiental	31 de dezembro de 2019 20.108	<b>Adições</b> 12.360		Ajustes de conversão (25)	31 de dezembro de 2020 19.073			
Consolidado Passivo ambiental	31 de dezembro de 2020 19.073	<b>Adições</b> 6.339	<u>Utilização</u> (10.630)	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2021 14.735			

As áreas impactadas na adição da provisão ambiental passam por um acompanhamento pela área responsável da Companhia junto com os responsáveis da controladora anterior da Unipar Indupa

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

S.A.I.C. e Unipar Indupa Brasil. Adicionalmente, parte destes valores são reembolsáveis pela antiga controladora e estes recebíveis estão registrados na Unipar Carbocloro.

A companhia vem solicitando junto a "CETESB" conforme acordado entre as partes a nova versão das planilhas de riscos para dar prosseguimento a implantação do plano de intervenção definitivo.

#### 19. Débito com terceiros

Corresponde às dívidas da Indupa Argentina e da Indupa Brasil com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. Os juros dessas dívidas vêm sendo pontualmente pagos e a amortização do principal está dividida em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Essas dívidas possuem cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e cláusulas não financeiras (covenants e negative covenants).

Em 06 de outubro de 2020, a Solvay Vinyls notificou por via postal, ter iniciado pleito de cobrança imediata dessas dívidas em uma corte estadual no estado de Nova Iorque, EUA, alegando quebra de cláusulas contratuais (*covenants*) acessórias e não financeiras por não recebimento de informações públicas. Em resposta, as tomadoras, assessoradas pelos seus advogados, apresentaram tempestivamente um recurso (denominado *motion to dismiss*) junto à corte para improcedência imediata e descontinuidade de eventual ação judicial que venha a ser formada.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia entende que as tomadoras estavam adimplentes com o atendimento dos contratos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 20. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Conciliação da alíquota efetiva

		Controladora		Consolidado
	9M21	9M20	9M21	9M20
Lucro antes dos impostos	1.466.357	165.654	1.992.257	206.389
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(498.561)	(56.322)	(677.367)	(70.172)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	329.974	(22.465)	(830)	(427)
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	(9.215)	4.169
Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1)	-	-	-	(17.965)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(84.516)	(2.741)
Receita de Exclusão do ICMS da Base de cálculo do				
PIS/COFINS - Selic	2.567	-	74.905	-
Outros	(283)	(4.340)	(19.809)	(4.531)
Total créditos de diferenças permanentes	332.258	(26.805)	(39.465)	(21.495)
Efeito no ano de créditos tributários não reconhecidos				
Crédito tributário CSLL sobre correção de balanço do ano de				
1989 / Recálculo de IRPJ e CSLL do ano 2017		-	3.732	
Realização de diferenças temporárias de exercícios anteriores	746	-	36.680	
Prejuízos fiscais e base negativa		-		(33.640)
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(165.557)	(83.127)	(676.420)	(125.307)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	11,29%	50,18%	33,95%	60,71%
IRPJ e CSLL correntes	(102.113)	(61.394)	(410.498)	(104.811)
IRPJ e CSLL diferidos	(64.190)	(21.733)	(306.334)	(20.496)
IRPJ e CSLL anos anteriores	-	-	3.732	-
IRPJ e CSLL crédito Lei do Bem	746		36.680	
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(165.557)	(83.127)	(676.420)	(125.307)

- Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.
- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

30 de setembro   31 de dezembro   30 de setembro   31 de dezembro   30 de setembro   31 de dezembro   de 2021   de	22.055 10.933 2.583
Imposto diferido ativo Demandas judiciais 12.577 12.084 30.575	22.055 10.933
Demandas judiciais <b>12.577</b> 12.084 <b>30.575</b>	10.933
,	10.933
Δαίο a amortizar 7 <b>951</b> 10 933 <b>7 951</b>	
	2.583
Valor justo de instrumentos financeiros1.2922.5831.292	
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição	
	178.787
Passivo ambiental 847 - 4.438	6.340
Obrigação com benefícios a empregados (IAS	
19) (7) <b>1.502</b> 1.488 <b>19.789</b>	18.469
Provisão de encargos de energia elétrica <b>29.388</b> 29.759 <b>46.478</b>	47.057
Outros <u>14.704</u> <u>6.434</u> <u>44.803</u>	19.384
Total do imposto diferido ativo 86.523 90.401 284.538	305.608
Imposto diferido passivo	
Efeito sobre combinação de negócios (2) (255.396) (264.528) (255.396) (2	64.528)
	45.881)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (4) (117.260)	62.333)
Ajuste inflação fiscal - Argentina (39.355)	-
Atualizações Monetárias (2.927) (2.927)	(2.927)
Encargos capitalizados (3.077) (3.202) (5.907)	(5.980)
Efeito tributário sobre o ganho pelo método de	,
aplicação de equivalência patrimonial (6.074) (6.074)	(6.074)
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia	,
Indupa Argentina <b>22.048</b> 23.003 <b>22.048</b>	23.003
Exclusão do ICMS da Base de cálculo do	
PIS/COFINS (6) (52.961) - (173.384)	-
Variação Cambial - Regime de Caixa (5) (19.896) (15.829) (19.896) (	15.829)
	80.549)
Líguido Ativo (Passivo) de imposto diferido (326.147) (261.104) (484.408) (1	74.941)
	142.971
the state of the s	17.912)

- (1) Refere-se ao reconhecimento de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Companhia e de suas Controladas. No Consolidado, o relevante aumento no valor justifica-se pela utilização total do estoque de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Indupa Brasil, que passou a ser constituído como um ativo diferido a partir de 2018.
- (2) Na Combinação de negócios está contemplado o valor da Receita por Compra Vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 30 de setembro de 2021, a Receita por Compra Vantajosa apresenta o montante de R\$ 575.726 (R\$ 597.767 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da Mais Valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 30 de setembro de 2021 o montante desta Mais Valia é de R\$ 175.439 e (R\$ 180.255 em 31 de dezembro de 2020).
- (3) A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.
- (4) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (5) Alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, de competência para caixa no decorrer do ano de 2020, em virtude da elevada oscilação da taxa de câmbio ocorrida no mês de março. A mudança de regime se baseia na Instrução Normativa nº 1.700/2017 artigos 155 e 156.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

- (6) Na controladora foi constituído um passivo diferido sobre o registro do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 sobre o montante de R\$ 72.570, transitado em julgado em nosso favor com pedido de habilitação deferido perante a Receita Federal. Adicionalmente, foi constituído um passivo diferido da mesma origem de crédito anteriormente mencionado, porém relativo ao período de março de 2017 a agosto de 2021 sobre o montante de R\$ 83.198. Na controlada Indupa do Brasil também houve constituição do passivo diferido relacionado ao mesmo tema, porém referente ao período de março de 2003 a agosto de 2021 sobre o montante de R\$ 354.184. Em relação aos dois últimos reconhecimentos mencionados, estamos aguardando o processo transitar em julgado para posteriormente solicitarmos o pedido de habilitação dos créditos.
- (7) Adicionalmente sobre a obrigação com benefícios a empregados registrado no Patrimônio Líquido, temos IR/CS diferido em 30 de setembro de 2021 na controladora no valor de R\$ 1.984 (R\$ 1.984 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 1.162 (R\$ 1.162 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais provenientes de vendas de participações societárias em 2010 para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2021.

## 21. Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia e suas controladas oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria e outros benefícios. Na nota explicativa nº 22, nas demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2020, foram divulgadas as características destes planos. O resumo da composição do passivo atuarial líquido em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é demonstrado a seguir:

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Plano de pensão	5	-	2.003	2.029
Plano de saúde	4.412	4.377	46.539	44.900
Benefícios rescisórios Provisão para gratificação	-	-	8.480	8.214
por tempo de serviço	-	-	1.174	1.175
Total	4.417	4.377	58.196	56.318

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020

#### 22. Capital social

(em milhares de reais)

#### a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

#### b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 699.002 (R\$ 699.002 em 31 de dezembro de 2020), composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

Ações ordinárias Ações preferenciais Classe A Ações preferenciais Classe B

Controlagora			
Quantidade de ações			
30 de setembro	31 de dezembro		
de 2021	de 2020		
33.007.970	33.007.970		
2.059.475	2.466.991		
59.365.427	58.957.911		
94.432.872	94.432.872		

#### c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

#### d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 30.100 ações em tesouraria em 30 de setembro de 2021 (25.100 ações em 31 de dezembro de 2020) no valor contábil de R\$ 1.401 (R\$ 1.154 em 31 de dezembro de 2020). O valor de mercado destas ações em 30 de setembro de 2021 representava R\$ 2.378 (R\$ 1.225 em 31 de dezembro 2020).

Entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou recompra de 5.000 ações ao preço médio ponderado de R\$ 49,51 por ação, totalizando R\$ 248. As ações foram adquiridas através do 2º programa de recompra aprovado pela Administração em 13 de maio de 2020 e aditado em 17 de julho de 2020 e 11 de novembro de 2020, com objetivo de permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado.

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

A - ~	Nº ações em 31 de	<b>D</b>	0	O-st (1)	№ ações em 31 de
Ações em tesouraria	dezembro de 2019	Recompras	Cancelamento	Outorga (i)	dezembro de 2020
Ações ordinárias	333.604	1.910.700	2.244.304	-	-
Ações preferências - A	92.603	204.700	272.203	-	25.100
Ações preferências - B	2.807.736	2.628.200	4.731.362	704.574	
Total	3.233.943	4.743.600	7.247.869	704.574	25.100

Ações em tesouraria	Nº ações em 31 de dezembro de 2020	Recompras	Nº ações em 30 de setembro de 2021
Ações ordinárias	-	-	-
Ações preferências - A	25.100	-	25.100
Ações preferências - B	-	5.000	5.000
Total	25.100	5.000	30.100

#### i. Transações com pagamentos em ações

#### Plano de ações restritas

No dia 28 de janeiro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o plano de outorga de ações restritas ("Plano de Outorga"), que consiste na entrega de ações preferencias da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra Plano de Outorga.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos Participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos Participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os Participantes farão jus ao recebimento de Ações Restritas.

Em conformidade com o Plano de Outorga, durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram outorgadas 704.574 ações preferenciais de classe B da Companhia. O efeito no resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.770, reconhecidos na controladora na rubrica de "Despesas administrativas". Abaixo seguem movimentações:

	31 de dezembro de 2020		
			Ações restritas
	Valor Justo (em reais)	Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício			
Movimentações			
Concedidas	24.770	35,16	704.574
Exercidas	(24.770)	35,16	(704.574)
Saldo Final no período			

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

#### 23. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2019	Reserva legal 91.775	Reserva Especial para Dividendos 91.775	Reserva para investimento 552.699	Total 736.249
Reversão de Dividendos Prescritos e				
não Reclamados	-	-	7.738	7.738
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(219.736)	(219.736)
Outorga de ações	-	-	3	3
Constituição de Reservas	18.383	18.383	243.579	280.345
Em 31 de dezembro de 2020	110.158	110.158	584.283	804.599
Reversão de Dividendos Prescritos e				
não Reclamados	-	-	2.033	2.033
Dividendos intermediários	-	-	(124.346)	(124.346)
Em 30 de setembro de 2021	110.158	110.158	461.970	682.286

#### a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

#### b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

#### c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

## 24. Receita operacional líquida

	Controladora			Consolidado
_	9M21	9M20	9M21	9M20
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.423.685	1.082.177	4.971.194	3.156.787
Mercado externo	2.104	6.880	344.220	234.166
	1.425.789	1.089.057	5.315.414	3.390.953
Impostos e outras deduções sobre vendas	(335.883)	(254.331)	(1.037.392)	(667.641)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	<u>-</u>	(8.009)	(8.194)
Receita líquida de vendas	1.089.906	834.726	4.270.013	2.715.118

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

## 25. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	9M21	9M20	9M21	9M20
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo Despesa com salários, honorários, benefícios e	(400.690)	(319.106)	(1.869.793)	(1.414.237)
encargos a empregados e administradores	(119.593)	(154.940)	(385.558)	(365.600)
Encargos de depreciação e amortização	(65.163)	(65.555)	(156.089)	(149.042)
Serviços de terceiros	(62.460)	(64.249)	(147.946)	(134.243)
Despesas com fretes de vendas	(48.184)	(40.733)	(122.145)	(128.216)
Outras	(21.116)	(12.112)	(113.650)	(108.351)
	(717.206)	(656.695)	(2.795.181)	(2.299.689)
Custo dos produtos vendidos	(554.651)	(462.972)	(2.404.458)	(1.883.387)
Despesas com vendas	(48.184)	(40.733)	(136.079)	(143.266)
Despesas administrativas	(114.371)	(152.990)	(254.644)	(273.036)
	(717.206)	(656.695)	(2.795.181)	(2.299.689)

## 26. Outras despesas operacionais, líquidas

	(	Controladora		Consolidado
	9M21	9M20	9M21	9M20
Reversão (constituição) para demandas judiciais	(2.880)	(2.060)	(17.706)	(5.208)
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	(2.492)	-	(6.290)	(12.008)
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação				
duvidosa	453	5.019	384	3.055
Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais (1)	7.452	7.329	7.452	7.329
Títulos a receber, baixados como incobráveis	-	(5.452)	(2.152)	(5.437)
Outros custos de bens e direitos alienados	-	-	(2.218)	(2.223)
Despesas operacionais com Covid-19	(693)	(2.049)	(7.589)	(3.213)
Crédito exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (2)	101.316	-	420.268	-
Outras despesas com investimentos	(6.040)	(3.706)	(6.040)	(3.706)
Outras receitas (despesas) operacionais	(585)	(1.395)	(3.113)	(1.397)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	96.531	(2.314)	382.996	(22.808)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Esta rubrica constitui ao direito adquirido de reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais sobre responsabilidade da antiga controladora da Indupa Brasil e Indupa Argentina.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Reconhecimento do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a dezembro de 2006 e março de 2017 a agosto de 2021 na controladora e, março de 2003 a agosto de 2021 na controlada Indupa do Brasil, líquido de honorários advocatícios e provisões.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

#### 27. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	9M21	9M20	9M21	9M20
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e títulos e				
valores mobiliários	11.195	10.835	88.206	27.120
Juros sobre créditos com empresas				
relacionadas	4.311	4.199	-	-
Variações cambiais e monetárias ativas	12.179	66.495	37.600	122.857
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	18.854
Variação monetária sobre crédito da exclusão				
do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (1)	62.069	-	284.423	-
Outras receitas financeiras	314	404	496	11.552
	90.068	81.933	410.725	180.383
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e				
débitos com terceiros	(56.662)	(22.124)	(88.883)	(51.729)
Variações cambiais e monetárias passivas	(1.302)	(1.852)	(100.121)	(300.667)
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	(52.084)	-
Outras despesas financeiras	(5.490)	(1.947)	(32.764)	(12.964)
	(63.454)	(25.923)	(273.852)	(365.360)
Resultado financeiro líquido	26.614	56.010	136.873	(184.977)

<sup>(</sup>¹) Atualização monetária sobre o registro do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a dezembro de 2006 e março de 2017 a agosto de 2021 na controladora e, março de 2003 a agosto de 2021 na controlada Indupa do Brasil.

## 28. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 22 (d). Não há efeito diluitivo no resultado atribuível aos acionistas.

			9M21
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	427.050	33.008	12,9378
Ações Preferenciais Classe A	31.647	2.224	14,2316
Ações Preferenciais Classe B	842.103	59.171	14,2316
Total	1.300.800	94.403	

			9M20
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	27.404	34.425	0,8041
Ações Preferenciais Classe A	2.330	2.655	0,8845
Ações Preferenciais Classe B	52.793	59.937	0,8845
Total	82.527	97.017	,

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

#### 29. Dividendos

Em 20 de abril de 2021, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 87.321 (sendo R\$ 72.000 antecipados em 11 de novembro de 2020 e R\$ 15.321 distribuídos em 30 de abril de 2021 completando os 25% obrigatórios), os quais foram aprovados pela ata da assembléia geral ordinária.

Os detalhes do cálculo do lucro líquido e dos dividendos, estão divulgados nas demonstrações financeiras anuais referente a 31 de dezembro de 2020 divulgadas em 17 de março de 2021.

Em 20 de abril de 2021, a Administração também propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 96.346 e pagos em 30 de abril de 2021. Esta proposta tem a finalidade de adequar suas reservas de lucros frente ao capital social.

Em 27 de maio de 2021 a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 250.000 e pagos em 15 de junho de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Em 12 de agosto de 2021 a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 272.000 e pagos em 27 de agosto de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Em 12 de agosto de 2021, a Administração também propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 28.000 e pagos em 27 de agosto de 2021. Esta proposta tem a finalidade de adequar suas reservas de lucros frente ao capital social.

## 30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

		Consolidado
		9M21
	Valor segurado	Vigência
Patrimonial	3.396.043	27/12/2020 à 27/12/2021
Transportes	5.299.846	30/06/2021 à 30/06/2022

#### 31. Gestão de risco e instrumentos financeiros

#### 31.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, o risco da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

#### 31.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

#### a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	69.598	370.201	332.499	653.045
Aplicações financeiras	170.012	52.646	610.296	188.908
Empréstimos e financiamentos	(926.482)	(654.035)	(926.482)	(654.035)
Total	(686.872)	(231.188)	16.313	187.918
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(24.725)	(29.195)
Total			(24.725)	(29.195)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC				
Empréstimos e financiamentos	-	(2.319)	-	(2.319)
Total		(2.319)		(2.319)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

#### Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS 01 de outubro de 2021.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa	(	Cenário Provável	Cená	rio I variação de 25%	Cenár	io II variação de 50%
Exposição de contratos	Risco Aumento/	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	(Redução)	6,15%	8,25%	(3.534) (3.534)	10,31%	(6.962) (6.962)	12,38%	(10.326) (10.326)
					Comón	ia I variacão do	Comón	ia II variacão do

					Octio	Ochano i vanação ac		ochano ii vanação ac	
Consolidado		Taxa	C	Cenário Provável		25%		50%	
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	
	Aumento/								
CDI	(Redução) Aumento/	6,15%	8,25%	(116)	6,19%	12	4,13%	8.388	
IPCA	(Redução) Aumento/	0,00%	8,51%	(128)	10,64%	(286)	12,77%	(446)	
SELIC	(Redução)	0,00%	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	
				(244)		(274)		7.942	

#### b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o exercício.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	6	5
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	(60)	68
Débito com terceiros	-	-	(762.731)	(711.270)
Contas a receber de clientes	-	-	249.057	150.331
Créditos com empresas ligadas	227.865	213.500	-	-
Outros ativos circulantes	93	157	2.244	2.526
Fornecedores	(150)	(9.366)	(117.311)	(81.998)
Outros passivos circulantes	` (3)	` (4)	(8.054)	(1.008)
Outros passivos não circulantes	•	`-	(1.235)	(1.678)
Total	227.805	204.287	(638.084)	(643.024)

## Análise de sensibilidade da taxa cambial

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 08 de outubro de 2021, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

#### Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora	troladora		Cena	ário Provável	Cenário	o I variação de 25%	Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,4394	5,5084	2.890 2.890	6,7993	53.385 53.385	8,1591	109.623 109.623

Consolidado	lado Cenário Provável			Cenário	I variação de 25%	Cenário II variação de 50%		
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,4394	5,5084	(8.094)	6,7993	(149.530) (149.530)	8,1591	(307.052)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

#### 31.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia.

Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### 31.4. Risco de Liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento,

correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 30 de setembro de 2021				
Empréstimos	131.717	27.803	548.470	218.492
Fornecedores	43.471			
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	325.894	117.809	214.169	-
Fornecedores	39.692			_
Consolidado				
Em 30 de setembro de 2021				
Empréstimos	135.262	36.520	577.146	221.075
Débito com terceiros	19.699		413.911	330.342
Fornecedores	304.284	-		
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	340.730	127.381	242.846	2.583
Débito com terceiros	1.950		395.443	315.572
Fornecedores	238.342			

#### 31.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, podem ser assim demonstrados:

30 de setembro 31 de dezembro 30 de setembro 31 de dez	amhra
30 de Setembro 31 de dezembro 30 de Setembro 31 de dez	CILIDIO
de 2021 de 2020 de 2021 d	e 2020
Total dos empréstimos (Nota 15) <b>926.482</b> 657.872 <b>970.003</b> 7	13.540
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) (70.700) (371.734) (824.377) (92	24.852)
Menos – aplicações financeiras (Nota 4) (170.012) (52.646) (610.296) (18	38.908)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos 685.770 233.492 (464.670) (40	0.220)
Total do patrimônio líquido (1) <b>2.534.707</b> 1.725.007 <b>2.534.707</b> 1.7	25.007
Índice de alavancagem financeira - % 27,06 13,54 (18,33)	(23,20)
Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 9) (227.865) (213.500)	-
Dívida líquida com créditos empresas ligadas 457.905 19.992 (464.670) (40	0.220)
Índice de alavancagem financeira créditos	
com empresas ligadas - %	(23,20)
Débitos com terceiros (Nota 19) <b>763.952</b> 7	12.965
Dívida líquida com débitos com terceiros 685.770 233.492 299.282 3	12.745
Índice de alavancagem financeira com débitos	
com terceiros - % 27,06 13,54 11,81	18,13

<sup>(1)</sup> Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

#### 31.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- As mensurações do valor justo do Nível 1, são aquelas resultantes de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras Informações, que não sejam preços cotados incluídas no nível 1 que observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplos, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços);
- A mensuração do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas		Controladora		Consolidado
		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	3	70.700	371.734	824.377	924.852
Aplicações financeiras	4	170.012	52.646	610.296	188.908
Contas a receber	5	191.178	133.776	788.121	534.092
Total		431.890	558.156	2.222.794	1.647.852
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	15	(926.482)	(657.872)	(970.003)	(713.540)
Débito com terceiros	19	` -	-	(763.952)	(712.965)
Fornecedores	14	(43.471)	(39.692)	(304.358)	(238.342)
Energia elétrica	16	(113.478)	(105.696)	(215.406)	(185.386)
Outros passivos	-	(23.161)	(24.417)	(81.733)	(78.260)
Total		(1.106.592)	(827.677)	(2.335.452)	(1.928.493)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Instrumentos financeiros - Swap

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, foi realizada uma operação de "swap" para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", conforme nota explicativa nº 15.

Em 30 de setembro de 2021								
								Valor justo
Tipo de	Data de	Data de		Taxa	Taxa	Ponta	Ponta	
investimento	início	vencimento	Nocional	ativa	passiva	ativa	passiva	R\$
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	101.879	73.562	28.317

Em 31 de dezembro de 2020								Controladora
								Valor justo
Tipo de	Data de	Data de		Taxa	Taxa	Ponta	Ponta	_
investimento	início	vencimento	Nocional	ativa	passiva	ativa	passiva	R\$
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	145.539	110.848	34.691

## 32. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora			Consolidado
	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações ocorridas no período na compra de ativo imobilizado Aquisição de investimento em	2.352	10.412	9.953	25.115
controlada em conjunto	804	9.573	804	9.573

#### 33. Eventos subsequentes

#### Antecipação de Dividendos

A Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021, deliberou e aprovou antecipação de dividendos do resultado do exercício de 2021 no montante de R\$ 300.000, este montante tem previsão de pagamento dos proventos em 30 de novembro de 2021.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

#### Programa de Recompra de Ações

Adicionalmente, na mesma Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021, aprovou o 3º Programa de Recompra de Ações sem redução do capital social e com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. Considerando a quantidade de ações em circulação e em tesouraria, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e nos termos do Programa de Recompra, adquirir a valor de mercado, realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, até 715.744 (setecentas e quinze mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, até 128.459 (cento e vinte e oito mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações preferenciais classe "A" e até 4.482.000 (quatro milhões, quatrocentas e oitenta e duas mil) ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia. O prazo do programa tem 18 (dezoito) meses, iniciando-se em 14 de novembro de 2021 e encerrando-se em 14 de maio de 2023.

#### Emissão de Debêntures

Em outubro/2021, o Conselho de Administração aprovou a 7ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 500.000, única e com vencimento em 2028. Os recursos captados serão utilizados para os negócios de gestão ordinária e manutenção de sua estrutura de capital.

#### Cisão Vila Velha

Em 5 de novembro de 2021 a VILA VELHA S.A. – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES ("Vila Velha"), controladora da Companhia, em atendimento ao artigo 12 da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, informou que reduziu sua participação societária na UNIPAR CARBOCLORO S.A. em 3.899.805 (três milhões, oitocentas e noventa e nove mil e oitocentas e cinco) ações ordinárias, correspondente a 11,81% (onze vírgula oitenta e um por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, a participação societária da Vila Velha na Unipar passou de 20.311.980 (vinte milhões, trezentos e onze mil e novecentas e oitenta) ações ordinárias equivalentes a 61,54% (sessenta e um vírgula cinquenta e quatro por cento) do total das ações ordinárias para 16.412.175 (dezesseis milhões, quatrocentos e doze mil, cento e setenta e cinco) de ações ordinárias equivalentes a 49,72% (quarenta e nove vírgula setenta e dois por cento) do total de ações ordinárias.

A Vila Velha transferiu as Ações de Unipar em decorrência da realização de uma cisão parcial da Vila Velha em que parte de suas ações ordinárias de emissão da Unipar (quais sejam as Ações de Unipar) integraram o acervo cindido e foram incorporadas no âmbito da Cisão Parcial pela INTERMARES PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

A Cisão Parcial não objetivou qualquer alteração direta ou indireta do controle acionário ou da estrutura administrativa da Unipar, que continuam sendo exercidos pela Vila Velha.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

As ações ordinárias objeto da Cisão Parcial não fazem parte de nenhum contrato ou acordo dispondo sobre direito de voto sobre a compra e venda dos valores mobiliários de emissão da Unipar.